



PROCESSO	404787/2016
ASSUNTO	JULGAMENTO DE PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR
RELATOR	Enodes Soares Ferreira

DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT Nº 246/2022

A **COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA – CED-CAU/MT**, reunida ordinariamente de maneira híbrida (presencial e virtual) no dia *25 de novembro de 2022*, no uso das competências que lhe conferem o artigo 12, § 1º, da Resolução CAU/BR nº 104, o artigo 2º, inciso III, alínea ‘b’, da Resolução CAU/BR nº 30 e o artigo 95 do Regimento Interno do CAU/MT; e

Considerando os fatos expostos pelo (a) relator (a) Conselheiro (a) Enodes Soares Ferreira no parecer de admissibilidade.

Considerando que há nulidade as quais podem ser declaradas, nulas de ofício, conforme previsto nos arts. 102 e 106 da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

Considerando que não há indício de infração as regras do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 52/2013 e Lei 12.378/2010, uma vez que, “não se fez presente má conduta ético disciplinar, dessa forma não é possível enquadrar-se no art. 11 da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

Considerando que compete à CED-CAU/MT realizar o juízo de admissibilidade, imediatamente após a leitura do parecer de admissibilidade emitida pelo relator e que a referida Comissão decidirá pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar ou no não acatamento da denúncia e consequente determinação do seu arquivamento liminar, nos termos do art. 21, da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

DELIBEROU:

1. Aprovar a nulidade da decisão da decisão de fls. 30 e seus atos posteriores, para fins do art. 22 da Resolução CAU/BR 143/2017, face os precedentes julgados pela CED-CAU/BR.
2. Aprovar o parecer de admissibilidade fundamentado do (a) Conselheiro (a) Relator (a), decidindo pelo não acatamento da denúncia e consequente determinação do seu arquivamento liminar.
3. Intimar o denunciante sobre a decisão e os motivos da determinação do arquivamento liminar, cabendo recurso ao Plenário do CAU/MT, no prazo de 10 (dez) dias, que deverá ser apresentado por intermédio da CED/MT, se houver.
4. Caso haja interposição de recurso, oficiar a parte denunciada para que, querendo, apresente contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias.
5. Apresentado recurso, caso a CED CAU/MT não reconsidere a decisão, deverá encaminhar o recurso ao Plenário do CAU/MT, que decidirá pela manutenção da decisão recorrida de arquivamento liminar ou pela determinação do acatamento da denúncia.

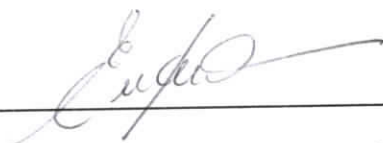


PROCESSO	404787/2016
ASSUNTO	JULGAMENTO DE PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR
RELATOR	Enodes Soares Ferreira

Com **03 votos favoráveis** dos Conselheiros Elisângela Fernandes Bokorni, Weverthon Foles Veras, Almir Sebastião Ribeiro de Souza **00 votos contrários**; **00 abstenções** e **01 ausência** do Conselheiro Weverthon Foles Veras.

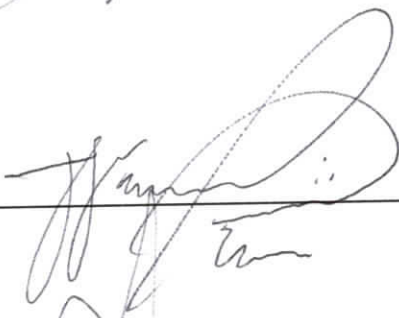
ELISÂNGELA FERNANDES BOKORNI

Coordenadora adjunto



WEVERTHON FOLES VERAS

Membro



ALMIR SEBASTIÃO RIBEIRO DE SOUZA

Membro Suplente

